

FHC chantageia e governistas rejeitam salário mínimo de R\$ 177

O governo FHC conseguiu aprovar o salário mínimo de R\$ 151 na sessão extraordinária do Congresso Nacional realizada dia 10 de maio, mas não venceu. Foram 100 dias em que o Brasil inteiro debateu a política de miséria aplicada pelo presidente. Mais do que isso, ficou claro que FHC domina deputados e senador com cargos, verbas e outras benesses.

“Conseguimos deixar claro para o País que o governo não quer dar aumento de salário mínimo por causa dos acordos com o FMI. O Brasil se comprometeu a pagar juros para os investidores no Exterior, principalmente para os fundos de pensão. Para isso, tem que ter contração do crédito e do salário”, explica o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu.

Compromissos com o FMI

Esses 100 dias tiveram a função pedagógica de mostrar para a população a ligação que existe entre o salário mínimo e a submissão do governo brasileiro a organismos internacionais como o FMI e a Organização Mundial de Comércio. “Na verdade, o aumento do salário mínimo é uma questão macroeconômica, de política econômica”, diz José Dirceu. Para ele, aumentar o salário mínimo significaria inverter toda a lógica da política econômica adotada por FHC. “Ele teria que fazer uma reforma tributária e mudar a negociação com os credores externos. Essa não é a lógica do governo por causa desses acordos”, diz.

Apertar a tecla do aumento do salário mínimo desencadearia na máquina da política econômica reações inconvenientes para os

credores internacionais mas esperadas pela população: com o mínimo subindo para R\$ 177, como pretendia a oposição, haveria uma maior distribuição de renda e dinamizaria a economia. Tudo isso levaria à queda das taxas de juros, beneficiando empresários nacionais, o comércio e o consumo. Não é isso que FHC prometeu para seus senhores do FMI.

Negociatas e submissão

Para a líder do PT no Senado, Heloisa Helena (AL), outro fato grave ficou confirmado com a votação do mínimo: a submissão do congresso ao presidente. Mais do que uma postura a se lamentar, essa submissão fere os princípios constitucionais, de acordo com a senadora.

“FHC disse que a ocupação dos cargos se dará conforme os negócios estabelecidos entre o governo e o Legislativo. Isso fere os princípios da Constituição de moralidade, impessoalidade e obediência à legalidade. É um golpe do presidente da República, que anunciou formalmente essa negociata à nação brasileira”, declarou Heloisa.

Para ela, se existe a submissão do Legislativo para com o Executivo, o domínio de FHC sobre o Congresso é abalado em determinados momentos, como na votação do mínimo. A saída, então, é apelar para as negociatas e pressões. “A mobilidade do congresso se dá pelos negócios sujos ou pela pressão da sociedade e da mídia. Nesse caso, pesou mais o negócio sujo. É incrível que a dor e humilhação de milhões de brasileiros não foi capaz de sensibilizar. É porque a negociata foi

mais eficaz”, lamentou a líder petista no Senado.

Oposição

A série de protestos que marcou os meses de março, abril e maio colocou o governo na defensiva. “O governo perdeu a iniciativa política com qual tinha começado o ano. Agora, a agenda política é da oposição, é a questão da terra, a questão social, a questão da democracia”, fala Dirceu. Na defensiva, o governo passou a sofrer um desgaste cada vez maior perante a opinião pública e até mesmo no exterior. A divulgação pela mídia das imagens de violência contra índios, sem terra e manifestantes em geral desnudou o que José Dirceu chama de “face autoritária e fisiológica”.

Mesmo depois da votação do congresso sobre o mínimo, o que se vê é a continuação da onda de protestos e greves. No mesmo dia em que a Medida Provisória sobre o mínimo era aprovada em Brasília, várias categorias realizavam protesto na frente do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo. Os funcionários públicos federais realizavam uma greve pela reposição das perdas salariais dos últimos cinco anos e diversos movimentos pipocavam por todo o País.

Para unificar essas insatisfações espalhadas pelo território nacional, o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania preparou uma agenda de mobilizações que culminará com um grande ato de protesto contra o governo em junho. “A idéia é fazer uma grande manifestação reunindo toda a oposição no mês de junho para responder ao governo. Será um ato contra o pacote, pela reforma agrária e pela democracia”, fala José Dirceu.



Polícia de FHC reprime com violência manifestação dos Outros 500, no sul da Bahia

Repressão: escalada do autoritarismo

“Caiu a máscara do sociólogo sabidinho que fala várias línguas e tinha o respeito internacional”, é a avaliação de Gilmar Mauro, coordenador nacional do Movimento Sem Terra, que acredita que esta seja a maior vitória do MST contra o presidente Fernando Henrique Cardoso no confronto entre governo e movimentos sociais das últimas semanas.

Antes das comemorações dos 500 anos de colonização do Brasil, no dia 22 de abril, o presidente sociólogo já demonstrava a que veio. Naquela ocasião, o MST foi sitiado pela Polícia Militar em Itabuna, no sul da Bahia, para não ter acesso a Porto Seguro. Mas foi sob a autorização de FHC, que houve o ataque de força armada a índios indefesos. “Fomos agredidos em nossa casa por policiais despreparados, que seguiram ordens de um governo que vê no índio apenas um personagem folclórico”, foi a síntese do índio pataxó Matalauê, que recusou em discurso, o perdão à igreja na celebração da missa dos 500 anos.

Quem tentou ir ao porto seguro de FHC, viu um festival de ilegalidades, como a prisão de 141 supostos futuros participantes de um presumido protesto. A Bahia dos tornou-se a fronteira do Brasil oficial, onde só entrava quem concordasse com o governo. Por via das dúvidas, nem quem quisesse apenas molhar os pés nas águas históricas do litoral baiano pôde entrar. Foi a transgressão do governo a direitos constitucionais e reconhecidos em tratados internacionais.

Não é a toa que o presidente da Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil (FNSN), Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho quer enquadrar FHC por infringir o Código de Ética Profissional dos sociólogos por suas declarações durante a repressão ao protesto Brasil Outros 500. Segundo ele, “o prestígio dos sociólogos tem sido abalado por esse presidente desastroso e

antipopular”.

Os frutos da festa dos 500 anos de Brasil colonizado foram cerca de 30 manifestantes feridos, o pedido de demissão do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés, a demissão do bode expiatório Rafael Greca, ministro do Esporte e Turismo e reportagens em jornais do mundo inteiro mostrando como o governo brasileiro trata seus índios.

Grave precedente

Mas a política de estabelecer estado de sítio contra os movimentos sociais não ficaram apenas na Bahia. Outra fronteira que se sente ameaçada pela indignação do “povo” é aquela do governo Jaime Lerner no Paraná. A repressão violenta da PM que impediu a entrada do MST em Curitiba teve cerca de 100 feridos e um trabalhador sem terra assassinado. Este foi apenas o começo de uma escalada de reações do governo à Jornada de Lutas do MST, greves entre outras manifestações que ocuparam centenas de fazendas e órgãos públicos, dando visibilidade à insatisfação dos trabalhadores.

No auge da desolação dos movimentos sociais com o assassinato do trabalhador paranaense pela PM, tudo que ouvimos como “palavras de alento” de FHC, foi que essa morte “serve de alerta àqueles que optaram pela provocação e pelo desrespeito à democracia e à cidadania”. Uma visão distorcida de democracia, em que a ausência de manifestações ou a repressão à elas é o modelo maquiavélico desse governo.

Visitas de parlamentares e líderes de movimentos sociais a penitenciárias, pedindo a libertação de presos políticos, voltaram a ser necessárias após tantos anos de “democratização” política. O “flash back” de ditadura militar que tivemos nos últimos dias, se confirmou em questão de horas com o indiciamento de dois dos 28 presos políticos na Lei de

Segurança Nacional, na criação da Divisão de Conflitos Agrícolas e Fundiários da Polícia Federal, na decretação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, que seria uma reativação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e até mesmo a censura formal de veiculação em rede nacional de televisão de uma entrevista com o líder do MST, João Pedro Stédile. Para o deputado federal José Genoíno (SP), o governo está criando “o Dops do campo”, uma referência ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão de repressão durante os governos militares. Para o deputado, “crise social não se resolve com polícia, mas com políticas públicas”.

Outras medidas anunciadas pelo governo demonstram que a ameaça à democracia vem do Palácio do Planalto. Como nos regimes ditatoriais, FHC governa por de medidas provisórias, que pretendem desmobilizar os movimentos sociais, burocratizando as transformações sociais para “engessar” a disputa política. Para a líder do PT no Senado, Heloisa Helena (AL), o “pacotão” de medidas do governo para combater as mobilizações em torno da Reforma Agrária, aponta para um avanço da violência no campo. Heloisa alerta que, “com o processo crescente de favelização rural, em que se tornaram os assentamentos atuais, o governo pode acelerar alternativas de violência”.

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), falou sobre a diferença de tratamento que o governo dá para lideranças dos trabalhadores e para banqueiros e políticos envolvidos em denúncias de sonegação fiscal. Dirceu acha surpreendente “a capacidade de um governo manso, quando não cúmplice do crime organizado, ser extremamente ágil quando se trata de reprimir legítimas manifestações de trabalhadores.”

Com quantos paus se faz uma nau capitânia

Como diria um amigo meu, bater em índio é o ó-do-borogodó.

É o cu-da-cobra, mesmo. Governo que bate em índio e um ministro da Cultura que, ao invés de se demitir, justifica a ação e faz gracinha, não merecem qualquer respeito. Desse tipo de gente não se espera nada. Ou se espera qualquer coisa — o que dá no mesmo.

No Domingo de Páscoa, enquanto o pau amainava em Coroa Vermelha, no estádio do Palmeiras (São Paulo) o jogo era Palmeiras e União de Araras. De qualquer modo, uma diversão. Sobre tudo em uma cidade onde além disso sobra muito pouco para o pessoal de baixa renda. Enfim, nem todos têm humor suficiente para ficar assistindo o seriado “A família Pitta” todo dia. Sobre tudo crianças...

Caso verídico: Juliano, oito anos, quis ir ao jogo. O pai (militante do MST) juntou três amigos e foram. Ao sair, Juliano



clube onde deixaram a perigosa arma que lhes foi devolvida na saída. Juliano assistiu o jogo sem boné.

Duas semanas depois, Juliano viu na TV imagens deovens que usavam bonés igualzinhos ao seu, sendo arrancados dos ônibus e levando o maior cacete. De PMs igualzinhos àquele. Houve até (pelo menos) um morto.

Pela envergadura da intervenção, Juliano deve ter pensado consigo próprio: “Pô, o pessoal devia estar indo assistir um Flamengo X Corinthians, ou outro clássico!”

O fato é que toda sociedade brasileira viu os massacres. Como viu o índio de joelhos meio à tropa de choque.

Mas todos são inocentes. Como na Alemanha nazista, ninguém viu nada, ninguém sabia de nada.

Alípio Freire é Editor da Revista Sem Terra

RECADADO

FHC: o sociólogo quer tratar questões sociais como caso de polícia



Chama-nos a atenção a seqüência de ilegalidades e violências praticadas por ordem de FHC. Desde o espetáculo de violência de Coroa Vermelha para cá, a truculência protagonizada pelo Governo Federal não parou mais.

Já naquele momento, FHC tentava criminalizar o MST, com a operação "mentira" - desmascarada depois - que envolveu inclusive o cerceamento e a repressão à imprensa e a montagem de versões, como a de que os pataxós de Coroa Vermelha exigiram a ação policial, porque suas terras foram invadidas e índios agredidos. Fato que já mostrava um triste episódio que retoma o pior da política de cooptação, infiltração e divisionismo entre os índios, de parte de organismos de inteligência do governo Federal e da P-2 da PM baiana.

A investida de FHC contra o MST estava só começando e culminou com a violenta repressão aos trabalhadores rurais sem terra e a morte do agricultor Antonio Tavares Pereira, assassinado pela polícia no Paraná.

O Presidente FHC passa,

então, a tratar as questões sociais como caso de polícia e inicia uma fase de repressão sem paralelos nos últimos 20 anos. Mais grave é a tentativa do governo de isolar o MST e derrotá-lo, a exemplo da greve do petroleiros em 1995, que fica evidenciada no tratamento diferente do governo ao negociar com os caminhoneiros na presença dos ministros da Justiça, Trabalho, Previdência e dos Transportes, além do Secretário Geral da Presidência e ao se recusar a colocar o ministro da Fazenda ou o chefe da Casa Civil para negociar com o MST.

Mas FHC não parou por aí, colocou a Polícia Federal para reprimir - PF que mal consegue cuidar das fronteiras do país ou conter o narcotráfico exatamente porque o governo não lhe destina recursos - e prendeu trabalhadores sem terra, tentando transformar manifestantes de movimentos sociais em presos políticos.

A verdade é que a oposição ao governo FHC cresce e também a insatisfação popular, expressa nos atos públicos dos Outros 500, 1º de Maio, greve de funcionários públicos, ocupações da Contag, MST e MLST e a greve dos caminhoneiros.

O objetivo do governo é impedir, pela repressão e criminalização, as manifestações sociais de repúdio à sua política econômica e suas conseqüências; desemprego arrocho e aumento da

miséria e a criminalidade.

Reafirmamos nosso apoio à luta pela reforma agrária e nossa solidariedade ao MST, Contag, CUT, MLST que estão à frente desta luta e não vacilaremos em denunciar e nos opor nas ruas e no Congresso Nacional a este verdadeiro retrocesso político encampado por FHC.

O governo brasileiro está caminhando para o autoritarismo. A volta da Lei de Segurança Nacional, da censura aos meios de comunicação - práticas comuns nos tempos da ditadura militar - e os plenos poderes do general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete

entrevista com João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do MST. De tão absurdo e inconcebível, a censura rendeu ao Presidente severas críticas inclusive da parte de seus aliados.

É preciso que todo esse quadro montado por FHC fortaleça a resistência e a luta para que não haja retrocesso. E no momento em que o governo anuncia medidas de repressão ao movimento social e cria o Dops da terra, manifestantes do ato pelo salário mínimo e integrantes da Contag dão o exemplo em Brasília. Na luta pelo mínimo, o teatro montado pelo governo, o PFL e a coalizão conservadora que o sustenta e os favorecimentos, para no final aprovar o mínimo de R\$ 151, reafirmam sua política econômica de exclusão para o povo e servil para as elites, refém dos bancos internacionais e despreocupada com as desigualdades.

Os problemas sociais são conseqüências do atual modelo econômico, a luta social é o caminho para aqueles que se opõem ao neoliberalismo e à insensibilidade do atual governo. Vamos derrotá-lo nas ruas e nas urnas, criando uma alternativa real de governo, com amplo apoio social para defender o Brasil, mudar o modelo econômico e resgatar nosso povo da miséria e do desemprego.

A hora é de luta e unidade contra FHC.

José Dirceu é presidente Nacional do PT

O governo brasileiro está caminhando para o autoritarismo

de Segurança Institucional, que reorganiza à luz do dia o antigo SNI, são exemplos da escalada autoritária de FHC.

Junto com o deputado Milton Temer, dei entrada no Supremo Tribunal Federal de "Notícia Crime" contra o ministro da Secretaria de Comunicação de Governo, Andrea Matarazzo, para que o Ministério Público apure responsabilidades pela intervenção de Matarazzo no programa "Opinião Brasil". Na semana passada, o ministro proibiu que a TV Educativa, ligada ao Governo Federal, veiculasse uma

INTERNACIONAL

Peru, Bolívia e nós

Avatares da atual política externa brasileira

O que foi apontado por estatísticas e pelos insuspeitos estudos do FMI e do BIRD sobre a degradação econômica e social da América Latina após dez anos de ajuste chega agora às ruas sob forma de contestação política.

Os costarriquenhos protestaram violentamente contra as privatizações, Hugo Banzer teve de recorrer ao Estado de Sítio para tentar controlar o protesto social na Bolívia e milhares de peruanos foram às ruas para frustrar a fraude eleitoral que permitiria a Fujimori - figura emblemática do neoliberalismo - um terceiro mandato. Antes disso houve a crise equatoriana que custou a presidência a Jamil Mauad, enquanto a situação colombiana não cessa de degradar-se.

O Brasil assiste impassível a tudo isto?

Até certo ponto. Sem cair no intervencionismo norte-americano, que se imiscui em situações internas pelo mundo afora, é lícito pensar que um país da importância econômica e geopolítica do Brasil possa ter presença mais ativa na região.

Essa presença existe, mas tem sido seletiva.

O governo brasileiro externou há alguns meses suas "preocupações" com a evolução da situação venezuelana, incitando o presidente Chávez a "respeitar a democracia".

Antes, o governo, e o presidente Fernando Henrique pessoalmente, já havia participado ativamente no processo de afastamento do presidente Cubas, do Paraguai, frustrando a ameaça de golpe do general Lino Oviedo. Festejou-se à época os "aspectos positivos da globalização". Graças a ela, em particular à presença do Paraguai no Mercosul, foi possível que a pressão externa frustrasse uma articulação golpista que seguramente mergulharia de novo este país no obscurantismo.

Já no episódio equatoriano as coisas se passaram diferentemente.

Enquanto o presidente Mauad esteve ameaçado pela insurgência popular, em particular indígena, que protestava contra a aventura da dolarização por ele desencadeada, o governo brasileiro prodigou advertências contra a quebra da institucionalidade. Quando esta foi efetivamente quebrada por meio do golpe branco que levou Noboa ao poder - o Brasil reagiu com o silêncio.

Mais relevante, no entanto, é a omissão brasileira em relação aos acontecimentos recentes do Peru. É possível que o presidente Fernando Henrique esteja preocupado com a eventual derrota de Fujimori, por quem, em mais de uma ocasião, manifestou sua admiração pessoal. Amizades à parte, FHC não podia ficar surdo ao clamor

continental contra as violações do Estado democrático de direito no Peru, das quais a fraude eleitoral é apenas uma parte.

Fernando Henrique não tem razões para se preocupar com o adversário de Fujimori, pois ao que se sabe, Toledo não chega a representar uma proposta econômica substancialmente distinta da do atual presidente. As críticas do principal opositor a Fujimori estão centradas em problemas ligados à corrupção e à violação dos direitos humanos.

É possível que o governo brasileiro tenha feito discretas pressões sobre Fujimori, o que só se saberá daqui algumas décadas quando os arquivos diplomáticos deste período estiverem acessíveis à consulta pública. Mas em episódios como o das eleições peruanas, gestos públicos têm significação e eficácia próprias. Sinalizam à opinião pública nacional e à comunidade internacional nosso apego a valores democráticos, nossas responsabilidades continentais, nossa disposição de ter uma presença internacional ativa.

A tese de que a vitória da economia de mercado coincidiu com a generalização da democracia no final do século XX, enunciada por Samuel Huntington em seu livro *A Terceira Onda*, revela-se hoje problemática. A instabilidade social que o ajuste econômico provocou no continente - para não falar de outros - representa uma séria ameaça para os avanços democráticos dos últimos anos.

O Brasil tem de dar-se conta de que o que está ocorrendo em suas fronteiras ou perto delas pode ser sinal premonitório do que aqui poderá ocorrer.

De te fabula narratur (é tua história que se está contando) diz a expressão latina para assinalar a perigosa recorrência de situações históricas que dirigentes políticos perigosamente insistem em desconhecer.

Não é só o Haiti que é aqui, como cantou Caetano. A multiplicidade de situações de crises reais ou larvares em nosso entorno geopolítico aconselham uma política latinoamericana, especialmente para a América do Sul, mais consistente e continuada.

O governo brasileiro anuncia que vai ocupar-se (com certa tardança!) desse dossiê. Tem no Ministério de Relações Exteriores massa crítica e quadros para fazê-lo. Mas em períodos de "diplomacia presidencial" o que conta é a vontade do príncipe...

Como o assunto é vasto e complexo, na semana próxima ele será retomado.

Marco Aurélio Garcia é Secretário de Relações Internacionais

Portadores de deficiência realizam Encontro



Portadores de deficiência de todo o país se reuniram de 28 a 30 de abril, em São Paulo, para avaliar e consolidar políticas do PT voltadas para garantir a cidadania plena às pessoas portadoras de deficiência.

O evento contou com a presença de cerca de 50 pessoas, representando mais de 13 Estados do país. Vários dirigentes do Partido estiveram presentes, dentre eles, o líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do PT, José Dirceu, e a secretária nacional de Movimentos Populares, Sonia Hypólito.

O II Encontro Nacional de Petistas Portadores de Deficiência discutiu a conjuntura nacional e as metas de atuação para o ano 2000, avaliando erros e acertos da organização do coletivo em todo o território nacional, desde o I Encontro em 1998.

Nos trabalhos em grupo o setorial debateu questões temáticas e de organização, como mercado de trabalho, educação, transporte, legislação, cultura,

esporte, lazer e acessibilidade. Dentre as definições, reafirmaram da resolução do I Encontro, no qual foi deliberado que os deficientes auditivos tivessem garantido direito de acompanhar reuniões e os programas partidários na TV em condições de igualdade, por meio de intérpretes na língua dos sinais ou legendas escritas; que conste nos planos de governo, tanto municipal, estadual ou federal, as propostas de políticas deliberadas no Encontro Nacional, e que seja também garantido material em braille ou fita cassete e tradução do evento para língua de sinais libras.

Foi eleita ainda a coordenação nacional, composta por um coordenador geral e seis coordenadores regionais, que são: coordenador geral, José Aloor Boschetti (RJ); Edmir Veludo - Xuxu (SP); Santo Fagundes (RS); Francisco Paulo de Menezes Sobrinho (RJ); Márcia Maria Fernandes (CE); Ronaldo de Matos (MG); e Altivo do Bonfim Rodrigues (MS).



Plebiscito da Dívida Externa será lançado no dia 19 de maio

Será lançado oficialmente o Plebiscito da Dívida Externa em São Paulo no dia 19 de maio, a partir das 19 horas no plenário da Assembléia Legislativa. O Plebiscito terá lugar em todo o País, de 2 a 7 de setembro e deverá ser o coroamento de uma campanha nacional de divulgação em entidades, sindicatos e ONGs de vários estados. O plebiscito é uma iniciativa da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), CMP (Central de Movimentos Populares), Partido dos Trabalhadores, além de

outras entidades e partidos de oposição. A iniciativa visa consultar a população se o Brasil deve continuar pagando os juros de sua dívida externa, em detrimento de políticas de desenvolvimento e de assistência social. Para este ano, estão previstos desembolsos de cerca de R\$ 140 bilhões de reais a título de pagamentos de juros e amortizações das dívidas externa e interna. Enquanto isso, o orçamento anual de ministérios da importância da Saúde alcança apenas R\$ 17 bilhões.



PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima,
Valter Venturini e Cezar Xavier

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedroso

PAGINAÇÃO ELETRÔNICA
Alexandre Machado

FOTOS
Roberto Parizotti

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

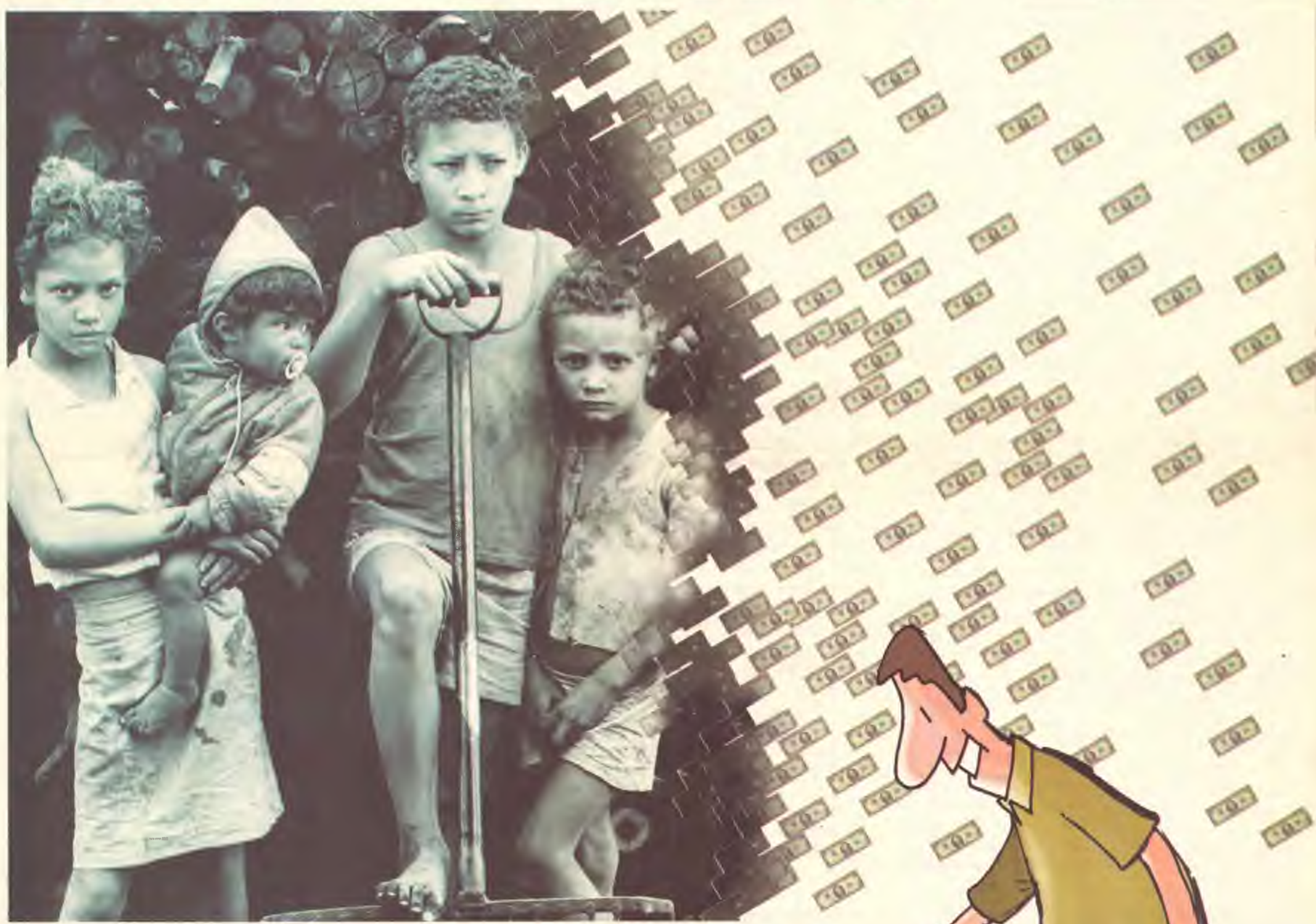
SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotótipos e impressão: Artpress

Plebiscito da dívida externa

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA
DE 2 A 7 DE SETEMBRO

De 2 a 7 de
setembro
em todo o
Brasil



**A vida acima
da dívida**

Campanha Jubileu 2000
Por um milênio sem dívidas



**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

CNBB/Pastorais Sociais - MST - CUT - UNE - CMP
Conic - Cesen - IAB - Contag-Fisenge IAB - Rede
Brasil - SindeconRJ - CoreconRJ - IERJ

SE ESSA GRANA FOSSE MINHA...

O que daria para fazer com o dinheiro da dívida externa*

Muita gente não sabe o que é dívida externa. Outros sabem, mas pensam que esta dívida não tem impacto nenhum em sua vida, na vida de sua família e de sua comunidade. Os números abaixo revelam o contrário: mostram que a dívida externa tem relação direta com o seu dia-a-dia.

A dívida externa brasileira aumentou de 148 bilhões de dólares, no final de 1994, para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente 126 bilhões de dólares aos credores, sob a forma de amortização do principal e juros da dívida.

Traduzindo isto em reais do Carnaval 2000, isso significa que transferimos aos nossos credores, ao longo do primeiro mandato do atual presidente da República, algo como 233 bilhões de reais.

O que teria sido possível fazer com todo este dinheiro?

SALÁRIO MÍNIMO

O governo diz que se o salário mínimo subir para 176 reais, isso provocará um "rombo" de 2 bilhões e 200 milhões de reais nas despesas do Instituto Nacional do Seguro Social no ano 2000. Pois com o dinheiro gasto com a dívida externa, entre 1995-1998, seria possível cobrir este rombo por 106 anos!!! Com a vantagem que o dinheiro gasto em salários melhora a vida das pessoas e estimula a atividade econômica.

BÔNUS

Com o dinheiro gasto com a dívida externa entre 1995-1998, teria sido possível pagar um "bônus" de R\$ 1.474,00 para cada brasileiro. Ou um bônus de 45 mil reais para cada família brasileira que vive com até 1 salário mínimo.

POBREZA

Com o dinheiro gasto no pagamento da dívida externa, entre 1995-1998, teria sido possível investir 58 bilhões de reais ao ano, ao longo de quatro anos, para erradicar a pobreza. Bem mais do que a direita brasileira propõe, da boca para fora: de 6 a 8 bilhões de reais por ano, daqui até 2010.

EMPREGOS

Se o governo tivesse investido, na geração de empregos, aquilo que ele enviou para os credores da dívida externa durante o primeiro mandato do atual presidente, teria sido possível criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis. Ou então criar 10 milhões e 500 mil empregos diretos em indústria têxteis. Ou ainda criar 15 milhões e 750 mil empregos diretos na construção civil. O desemprego seria muito

reduzido ou até eliminado.

MORADIAS

Com o dinheiro que enviamos para os credores, teria sido possível construir 15 milhões de moradias populares, de 35 metros quadrados, em lotes de 200 metros quadrados, ao custo unitário de 15 mil reais. Com isso, acabaria o déficit habitacional existente no Brasil.



EDUCAÇÃO

Trabalhando duro, um professor de escola pública de ensino fundamental ganha, no início da carreira, em média 300 reais por mês. Com o que gastou na dívida externa, entre 1995-1998, o Brasil poderia duplicar seus gastos em educação. E ainda sobriaria dinheiro para construir 6 milhões de escolas ou então 948 mil postos de saúde.

GASTOS EM SAÚDE

Teria sido possível, entre 1995-1998, aumentar o gasto per capita do Brasil em saúde, de US\$ 280 para US\$ 479!! E mesmo assim continuaríamos abaixo da Argentina (US\$ 795) e dos Estados Unidos (US\$ 3.858).

ASSENTAMENTOS

Teria sido possível assentar 5 milhões e 833 mil famílias de agricultores, ao custo de R\$ 40 mil cada uma. O que acabaria com o problema dos sem-terra no Brasil, estimularia a atividade econômica, baratearia o preço dos alimentos, reduziria a população dos grandes centros e, de quebra, ainda reduziria o poder dos políticos conservadores.

CRÉDITO RURAL

Nos três primeiros anos de governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de 8 bilhões de dólares. Isso significa que apenas 10% da produção agrícola do país recebeu financiamento. Se entre 1995-98 o país tivesse investido, na produção agrícola, aquilo que gastou com a dívida externa, teria sido possível financiar 40 bilhões de dólares ao ano, chegando aos 50% de financiamento da produção (o que ainda seria inferior ao financiamento dado pelos países desenvolvidos, onde o crédito rural chega a atingir 80% do valor produzido).

ESTATAIS

De 1991 até 1998, o Brasil vendeu 63 empresas através do Programa Nacional de Desestatização (isso sem levar em conta as estatais estaduais nem as telefônicas). O Brasil arrecadou US\$ 85 bilhões com estas vendas. Ou seja, apenas 2/3 do total que remetemos para o exterior, entre 1995-1998, para pagar a dívida externa. Com um detalhe: para "ajeitar" as empresas que privatizou, o Brasil gastou mais do que arrecadou!!! Ou seja, perdemos três vezes...

EMPRÉSTIMOS

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prometeu emprestar para o

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) US\$ 1 bilhão e 200 milhões, dinheiro que deveria ser repassado a micros, pequenas e médias empresas. O dinheiro que o Brasil enviou ao exterior, de 1995 a 1998, é 105 vezes maior do que este empréstimo.

APOSENTADORIAS

O país gastou, em 1997, 66 bilhões e 800 milhões de reais com as aposentadorias do setor público e do setor privado. Segundo o governo, houve um déficit de R\$ 19 bilhões e 200 milhões. Pois bem: com o que se gastou entre 1995-98 com a dívida externa, seria possível cobrir aquele déficit da previdência por 12 anos.

IMPOSTOS

Em 1998, o governo federal arrecadou cerca de 180 bilhões de reais em impostos. Ou seja: entre 1995-98, o Brasil mandou para o exterior o equivalente a 1 ano e 3 meses de arrecadação de impostos federais. É como se a ano, enviássemos para o exterior o fruto de quase quatro meses de nosso trabalho.

AJUSTE FISCAL

O governo corta os gastos sociais, para que sobre dinheiro

para pagar a dívida interna, que gira ao redor de 500 bilhões de reais. O governo tem buscado, em 1999 e em 2000, realizar cortes da ordem de 30 bilhões de reais nos gastos sociais. Pois bem: o que o Brasil mandou para o exterior, ao longo dos últimos quatro anos, equivale a 7,7 vezes este corte. Ou seja, há corte nos gastos sociais porque o governo prefere honrar seus compromissos com os banqueiros nacionais e internacionais.

Agora você imagine: se teria sido possível fazer tudo isso, com o dinheiro que enviamos para o exterior ao longo dos últimos quatro anos, pense só no que deixaremos de fazer se, nos próximos quatro anos, enviarmos uma quantia equivalente.

UM DETALHE

O governo diz que paga a dívida externa para que o Brasil possa continuar recebendo mais investimentos externos. Pois bem: entre 1995 e 1998, entraram no Brasil 66 bilhões de dólares de investimentos líquidos estrangeiros. Nesse mesmo período, enviamos 126 bilhões de dólares para o exterior. Dá para perceber quem está levando prejuízo nesse negócio?

Fontes

A conversão de dólares em reais tomou como base o câmbio de R\$1,852 (FSP, 9/3/2000).

a) Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul; c) Dados fornecidos pelos movimentos sociais; d) Revista Conjuntura Econômica.

* Texto publicado no número 1 do Jornal do Plebiscito

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

Plebiscito Nacional Sobre a Dívida Externa

Na semana da Pátria, de 2 a 7 de setembro, ocorrerá o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa.

Nas igrejas, nas sedes de movimentos sociais, nas sedes partidárias, nas escolas, nas praças públicas, nas empresas, em todos os locais onde for possível, serão colocadas urnas para colher a opinião da

população sobre três questões: o acordo com o FMI, a

circulação do capital financeiro.

Participam da organização do Plebiscito dezenas de entidades, entre as quais: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos

Populares

(CMP), a União Nacional dos Estudantes, a Contag, o MST, o Movimento de Pequenos Agricultores, etc.

O Partido dos Trabalhadores (PT) — e outros partidos democrático-populares — também participa da organização do Plebiscito da

dívida externa e a dívida interna.

A proposta é colher o voto de milhões de brasileiros. Para que isso ocorra, é necessário que as entidades envolvidas no plebiscito realizem um grande trabalho de educação popular, conscientizando a população de que uma das causas de seus problemas é a dívida externa e interna; aprofundando a relação entre dívida externa, dívida interna, dívidas sociais e dívidas ecológicas; levando o debate sobre a dívida para a opinião pública e para as bases; recolhendo o tema da dívida externa na pauta das mobilizações populares e, a partir do debate, questionando o modelo econômico neoliberal.

O sucesso do Plebiscito servirá, também, como pressão por uma auditoria pública da dívida externa e interna, bem como para fortalecer as propostas de controle à

Dívida Externa, que faz parte da agenda de lutas do ano 2000, como a Marcha Mundial das Mulheres, o Grito dos Excluídos, a Campanha da Fraternidade Ecológica, a agenda do Fórum Nacional de Lutas, além de mobilizações específicas dos trabalhadores rurais, da CMP, da UNE, dentre outras.

A Comissão Executiva Nacional do PT tem acompanhado e participado da organização do Plebiscito, tendo designado para esta tarefa os companheiros Flávio Jorge e Valter Pomar. Mas o sucesso de nossa participação depende da integração de nossos diretórios regionais e municipais, de nossos governos e parlamentares, bem como de nossos candidatos a prefeito, vice e a vereador.

Calendário

Março e abril: organização das comissões e plenárias estaduais; colocação da discussão nas entidades; preparação de material didático de apoio; realização de levantamento de municípios, setores, categorias e entidades dispostas a levar adiante a proposta do Plebiscito;

Maio e junho: distribuição do material; organização de comitês locais, municipais ou por categoria; período de formação; trabalho de propaganda e conscientização; no 7 de junho, dia nacional de motivação;

Julho e agosto: tempo de campanha intensa.

Setembro: de 2 a 7, votação, inclusive durante o Grito dos Excluídos.

A partir de maio, começarão a chegar nos estados os materiais nacionais da campanha: cartaz, Jornal da Dívida, logomarca, Manual de Organização do Plebiscito etc.

E no último final de semana de maio, acontecerá uma Plenária Nacional de organização da campanha, que decidirá a redação das três perguntas que estarão nas cédulas do Plebiscito.

A organização da campanha é muito simples: uma **Plenária Social da Campanha**, uma **Coordenação Nacional**, uma **Secretaria Nacional** (com sede no Setor Pastoral Social da CNBB), plenárias e comissões estaduais, a serem constituídas por entidades de cada região do País; e Comitês locais.

A iniciativa da realização do Plebiscito da Dívida Externa possui uma pequena história...

...dando continuidade ao processo da 3ª Semana Social Brasileira, em julho de 1998, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e a Cese (Coordenadoria Ecológica de Serviços) promoveram em Brasília o simpósio Dívida Externa: Implicações e Perspectivas, como parte integrante da campanha internacional do Jubileu 2000. Nos três dias do encontro foi apontada a necessidade de se popularizar o tema do endividamento, uma das causas fundamentais dos problemas do nosso país. E foi definida ainda a realização, em abril de 1999, no Rio de Janeiro, do Tribunal da Dívida Externa, um julgamento simulado deste processo a que as elites submeteram o Brasil.

Neste ano de 2000, a idéia é realizar uma nova iniciativa: um plebiscito nacional sobre a dívida externa.

Evolução da dívida externa total:

1980	64 bilhões de dólares
1990	173 bilhões de dólares
1994	148 bilhões de dólares
1999	241 bilhões de dólares

Fonte: Boletins do Banco Central

Amortização e pagamento de juros da dívida externa em 1999

Juros	11,1 bilhões de dólares
Amortizações	81,9 bilhões de dólares

CARTILHA E LIVRO

Cartilha com o veredito do Tribunal da Dívida Externa, à venda pelo telefone (0XX11) 272-0627

E já saiu o livro com os depoimentos do Tribunal, à venda pelo telefone (0XX21) 533-7891



NACIONAL

500 Anos: o Estado e a Luta Popular no Brasil

Valter Pontes/AF

Neste mês de abril de 2000, a sociedade e o Estado brasileiros completaram 500 anos de existência. 500 anos de uma sociedade tremendamente desigual e injusta. 500 anos de um Estado controlado por elites e que só existe a seu serviço.

Na fase colonial, o Estado se confundia com a organização militar. No período republicano, ao longo do século XX, as oligarquias regionais e as classes dominantes brasileiras, articuladas às elites internacionais, manterão o controle absoluto do Exército e do conjunto das forças militares e repressivas, fazendo-os instrumento dos seus interesses. Ao longo deste período, será desenvolvido o conceito de "inimigo interno", cujo ápice de aplicação se deu durante o período da ditadura militar (1964-1985). É neste período que são criadas as Polícias Militares (PMs) estaduais, como força auxiliar do Exército na repressão policial-militar aos movimentos populares e às organizações de esquerda.

O fim do regime militar trouxe uma limitada

democracia política e não trouxe a democracia econômica. Chegamos aos 500 anos da sociedade brasileira numa situação de extrema exclusão social, de total ausência do Estado no atendimento das demandas populares e da sua atuação mais intensa como instrumento das classes dominantes nacionais e internacionais. E vieram as "comemorações" dos 500 anos do "descobrimento do Brasil".

O presidente FHC procurou fazer o único possível, do seu ponto de vista: uma comemoração vazia, sem povo, homenageando os primeiros invasores desta terra.

Os povos indígenas, o movimento negro, os movimentos populares procuraram fazer o necessário, do seu ponto de vista: uma contra-comemoração crítica, denunciando a permanência, nestes 500 anos, de uma sociedade desigual, injusta e excludente.

O ponto culminante do confronto destas duas concepções dos "500 anos" se deu no dia 22 de abril, na estrada que une Porto Seguro a Santa Cruz

Cabrália (BA). Em Porto Seguro, havia a comemoração oficial, reunindo o governo brasileiro com o governo português; em Cabrália havia a Conferência Indígena, com 3.600 lideranças de 140 povos indígenas, e o Quilombo, onde estavam milhares de militantes dos movimentos negro e popular, além de estudantes. Outros milhares de militantes estavam bloqueados nas estradas de acesso a Porto Seguro, já dentro de uma estratégia de controle militar da região por parte do governo federal.

Os militantes dos movimentos negro e popular buscaram se solidarizar com os índios naquela manhã do dia 22 de abril – foram atacados por tropas da Polícia Militar da Bahia, com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Mais tarde, os índios tentaram romper o cerco e seguir para Porto Seguro – nova investida, desta vez com mais violência.

O presidente mostrou, perante a imprensa nacional e internacional, que o Estado brasileiro e sua força policial-militar continua idêntico ao que sempre foi ao longo de 500 anos de história: tratou



os índios como animais, surrou os negros como escravos, atacou os estudantes e militantes populares como inimigos. Mostrou que tem pavor dos setores populares e, principalmente, da sua articulação para a luta conjunta.

Nesta conjuntura dos 500 anos, o presidente-professor, deu uma aula sobre como o Estado que dirige continua fiel à sua gênese colonial; deu uma aula de como a essência deste Estado é militar, repressiva, anti-indígena, racista e anti-popular, numa

palavra, anti-nacional, considerando a nação como povo organizado. O Estado brasileiro, ainda hoje, se confunde com um exército de ocupação colonial.

Sonia Hypolito é Secretária Nacional de Movimentos Populares do PT

Paulo Maldos é assessor do Conselho Indigenista Missionário - Cimi

FMI e a Lei de Responsabilidade Fiscal

O Projeto de Lei, aprovado recentemente no Senado, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, continha na versão original, encaminhada pelo Executivo, óbices constitucionais, como a invasão à autonomia dos poderes dos Estados e municípios, imprecisões e punições

autoritárias e abusivas aos gestores públicos que descumprissem as metas previstas.

O substitutivo aprovado - embora mais enxuto e sem os excessos formais, jurídicos e políticos - manteve, contudo, o ponto central da proposta: a imposição de um rígido ajuste fiscal aos poderes e aos entes federados, sob a forma de controle de gastos, cujo objetivo é a obtenção do superávit primário acordado com o FMI.

A bancada PT, tanto na Câmara como no Senado, votou contra a matéria, por considerar que em nenhum momento a mesma atenta para a qualidade ou para o conteúdo dos gastos. Ao contrário, omite quanto a necessidade de manutenção de despesas em determinadas áreas, como saúde, educação, assistência social e segurança, e outras emergenciais e, pior, prevê que a criação de despesa continuada deverá ser compensada por aumento de receita, decorrente apenas da majoração ou criação de impostos ou contribuições.

Entendemos que o setor

público não pode ter como objetivo gerar superávit em todas as esferas, em todos os exercícios, visto que há, em determinadas situações, necessidade de gerar déficits financeiros para dinamizar a economia ou melhorar a área social.

Os gastos com juros e encargos da dívida comprometem a capacidade de investimento público, a retomada do crescimento econômico, consomem mais de R\$ 78 bi só no orçamento de 2000. Estes gastos além não podem ser contingenciados têm absoluta prioridade sobre todas as outras despesas

que podem e devem ser cortadas para atendê-los.

Durante a tramitação do projeto na Comissão Especial que o analisou, defendemos, sem lograr êxito, que as despesas com os juros e serviços da dívida tivessem igual tratamento em relação às demais despesas e que as limitações dos empenhos e da movimentação financeira estabelecidas às outras despesas excetuassem os gastos com a área social e pessoal.

Não se deve destruir a economia brasileira para satisfazer a voracidade dos credores internacionais e, sob o pretexto de se obter a responsabilidade na gestão fiscal, o governo aprovou a garantia de manutenção do cassino financeiro e de cortes nos gastos produtivos e sociais.

João Fassarella é deputado Federal(PT-MG)

As lutas dos trabalhadores rurais e o PT

O Partido dos Trabalhadores, historicamente, tem contribuído na construção das diferentes entidades e movimentos sociais do campo, bem como nas suas lutas diárias.

Ademais, o PT, notadamente por meio de sua Secretaria Agrária Nacional, tem prestado o seu irrestrito apoio e solidariedade aos familiares das vítimas da violência no campo promovidas pelo latifúndio/órgãos públicos de repressão, no Brasil.

Para o PT, no modelo econômico em curso no país não cabe a agricultura familiar e, muito menos, a realização de uma efetiva reforma agrária que promova o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O gasto público está totalmente comprometido com o pagamento das dívidas interna e externa, em detrimento dos gastos na área social.

No campo, a falta de crédito, os juros altos, a importação de produtos agrícolas com subsídios na origem, a violência, a ausência da reforma agrária, o endividamento, as barreiras protecionistas, o não cumprimento da legislação trabalhista, a

falta de acesso ao atendimento de saúde, a falência da previdência social, dentre outros, são resultantes da ausência de reforma agrária e da adoção de um modelo agrícola perverso e excludente.

A Secretaria Agrária

O Partido é solidário às vítimas da violência no campo

Nacional do PT tem cumprido o papel de articular os militantes do Partido, engajados nas mais diversas entidades e movimentos sociais do campo. No último dia 30 de março, em Brasília, reuniram-se mais de 100 militantes do Partido para analisar a realidade brasileira e acordar os próximos passos das lutas no campo.

Dentre as principais decisões do encontro de março, duas merecem destaque especial: a constatação inequívoca de que o modelo econômico adotado pelo governo FHC não serve para o meio rural brasileiro, tanto do ponto de vista

econômico, social, ambiental, trabalhista, como para a promoção da cidadania no campo; e que as diversas entidades e movimentos dos trabalhadores rurais, onde o Partido exerce influência, atuarão, decididamente, na construção de uma unidade mínima em torno da agenda de lutas.

De lá para cá, o calendário de lutas está, de forma intensificada, sendo cumprido à risca pelas entidades dos trabalhadores rurais. O governo, por sua vez, vem intensificando as suas duas frentes de atuação, qual seja: a tentativa de cooptação dos trabalhadores, por meio de recursos públicos, convênios, acordos políticos e, principalmente, buscando a divisão dos trabalhadores rurais; e a repressão, em todos os níveis.

Neste sentido, as recentes medidas do governo FHC para o agrobrazilero, ao invés de apresentarem uma efetiva solução para a reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais, foram direcionadas no sentido da criminalização e do sufocamento econômico dos setores subalternos do

agrobrazilero.

A criação da Divisão de Conflitos Agrários, no âmbito da Política Federal, a tentativa de enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos integrantes do MST, o corte de recursos públicos para quem, legitimamente, lutar pelos seus direitos, e a proibição de vitória em áreas sob ameaça de ocupação, todas, beiram à loucura, ao desespero de um governo que nega recursos para o salário mínimo, para o reajuste dos funcionários públicos, para a agricultura familiar e para os sem terra, enquanto paga, antecipadamente, US\$ 10 bi ao Fundo Monetário Internacional.

Diante deste quadro, a Secretaria Agrária Nacional do PT continuará na articulação dos militantes do Partido no campo para exigir medidas concretas para a solução dos graves problemas que afetam os trabalhadores rurais brasileiros, estando solidário e atuante nas lutas que se intensificarão nos próximos dias. No dia 25 de maio estaremos reunidos novamente para dar continuidade a esse trabalho da SAN.

Geraldo Irineu de Oliveira Pastana é Secretário Agrário Nacional do PT

INFORMAÇÃO

Criar sistema de comunicação É O DESAFIO DA ESQUERDA

“Pensar a comunicação atualmente exige que se trabalhe com a ideia de sistema”. É assim que define o secretário nacional de Comunicação do PT, Ozeas Duarte, o plano de trabalho da secretaria.

Ozeas acredita que o tema da política de comunicação do Partido deva ser discutido frente à realidade de um país ainda não democrático, em que a mídia está estruturada de maneira autoritária, conservadora. Segundo ele, não é por acaso que a bandeira da democratização dos meios de comunicação tem tantos adversários e tão grande incidência nas disputas políticas. Diante deste raciocínio, “não basta à esquerda a disposição para chegar ao governo e, a partir do governo, mudar o Brasil, é também necessário mudar o Brasil para que a esquerda possa chegar ao governo”, garante o secretário.

É neste contexto que insere a sua tese de que não há como resolver o problema da comunicação do PT com a sociedade, ou mesmo a comunicação interna ao Partido, apenas por esforços isolados de auto-organização, à margem da disputa política geral. Ao contrário, garante Ozeas, o projeto partidário de comunicação deve ser concebido como parte do movimento geral pela democratização das comunicações no país.

Neste sentido, alerta para o fato de que seria um erro restringir este problema apenas à criação de um órgão de comunicação, seja ele um jornal ou agência de notícias, trata-se de criar um sistema integrado de comunicação. “Não há um público, há públicos variados, demandas diferentes, e níveis distintos de se tratar a informação”, afirma. De acordo com o secretário, esta é uma regra de validade geral e uma das razões para a força das Organizações Globo que, dentre outras questões, por exemplo, mantêm um sistema que integra TV, jornais, revista, rádio, TV a cabo etc. É sob esta ótica que o PT e a esquerda devem enfrentar o desafio da comunicação.

Ozeas aponta alguns problemas no PT que, no seu entendimento, devem ser superados. Há no PT e nas organizações sociais próximas ao partido uma produção grande de materiais, cujo alcance é bastante limitado, devido à dispersão que ocorre pela falta de sistematização das informações geradas. Há uma multiplicidade de meios, não um sistema articulado. Para ele é fundamental criar fluxos diversos de comunicação. Primeiro, implementar uma rede partidária interna que seja capaz de estabelecer conexões entre as instâncias do Partido, setores, prefeituras, governos petistas e o conjunto da militância partidária. Segundo, articular os meios partidários com aqueles dos movimentos organizados, sindicatos, organizações não governamentais, instituições de defesa da cidadania, dentre outros. E terceiro, disputar ofensivamente espaço na mídia empresarial.

A chave para tudo isso é o Partido criar seu próprio sistema profissional e integrado de organização e processamento da informação. Um sistema capaz de cobrir



continuamente o conjunto do país e mesmo acontecimentos internacionais importantes, segundo o princípio de que a polarização política no terreno da informação começa pela escolha da notícia. É preciso repercutir a notícia corrente com a versão do Partido dos acontecimentos, mas precisamos principalmente buscar a não-notícia. Trazer para a luz do dia aquele lado obscuro dos acontecimentos tal como retratados pela mídia empresarial. Tudo isso requer parcerias e mobilização de recursos e, acima de tudo, de vontades.

VIABILIZAR A INTRANET

Um dos projetos já em andamento é a implementação da intranet, que deverá ligar todo o partido, em todas as direções, por meio de uma área reservada na internet.

A intranet é destinada à comunicação interna ao partido, nela deverão circular exclusivamente informações que cumpram a finalidade de articular, capacitar e agilizar a ação e as atividades do PT; cada integrante da rede disporá de uma senha, com a qual poderá acessar de qualquer lugar do país, bastando apenas estar conectado à internet, dados e documentos oferecidos por diversos serviços ou que as instâncias partidárias disponibilizaram na rede. Para se ter uma ideia, segundo Ozeas, as resoluções das instâncias do partido, desde o DN ao DM de qualquer lugar do país, poderá disponibilizar as suas resoluções para o conjunto do Partido, ou parte dele, a critério de cada uma, imediatamente a pós a sua aprovação.

Outra novidade é o acesso ao clipping eletrônico. Diariamente, a partir das 7 horas da manhã, os dirigentes cadastrados podem, por meio da Intranet, ter acesso ao noticiário do dia que interessa ao PT publicado por 140 jornais e revistas de todo o país.

Mais um serviço a ser prestado será o banco de dados com o quadro estatístico geral dos resultados de eleições passadas, com dados nacionais, por estado e por município. Este banco de dados, baseado nos relatórios do TSE, está sendo organizado pela Fundação Perseu Abramo para ser acessado via Intranet. Poderá ser de grande utilidade para o planejamento das estratégias eleitorais do

partido e de seus candidatos.

O PT já dispõe de um outro banco de dados, organizado pela SNAI e que será também disponibilizado para ampla utilização. Trata-se de uma biblioteca na qual os projetos petistas no poder executivo de estados e municípios e no parlamento, das câmaras de vereadores ao Congresso Nacional.

“Os nossos principais objetivos com a intranet são: democratizar a informação no partido, integrar as instâncias entre si, agilizar a comunicação, reduzir drasticamente gastos com papel, correio, dentre outros”, garante o secretário. Ele alerta para os altos custos do Partido com o envio diário de boletins, jornais e documentos. “A intranet significará um salto de qualidade na comunicação partidária”, acredita, “e dará maior poder de intervenção ao partido como um todo, e mais força para o militante que, mais informado, disporá de melhores condições para agir, cobrar e propor políticas às direções”, defende Ozeas.

NOTÍCIAS EM TEMPO REAL

Entretanto, Ozeas aposta muitas fichas na criação de uma agência de notícias do PT. Ele enfatiza a importância deste novo meio, se considerarmos que somente há poucos anos surgiram as primeiras agências com cobertura em tempo real.

Para fundamentar sua proposta, sobre o papel da internet, o secretário apresenta números. Ele alerta para o fato de que este ano 90% dos contribuintes do Imposto de Renda entregaram a declaração pela internet, representando mais de dez milhões de pessoas. Tece ainda analogia com o telefone celular, que antes só era acessível à elite e, pouco tempo depois, já é fornecido até como brinde, tamanha a popularização.

Segundo Ozeas, até mesmo as mais trágicas análises sobre as dificuldades das pessoas em lidar com equipamentos eletrônicos, “cai por terra” quando comparada à utilização dos caixas eletrônicos. “Quando este sistema foi implementado nos bancos houve críticas, mas em pouco tempo as pessoas superaram as dificuldades iniciais e hoje encontram facilidades no sistema.

É desta forma que enxerga a internet. É um poderoso instrumento para os meios não empresariais, que será acessível cada vez mais a um

número expressivo de pessoas. Destaca também o baixo custo. “Com cerca de R\$ 1.500 pode-se comprar um equipamento e ainda ter o acesso gratuito a internet”, diz. “É vital para o PT ser informatizado”, ele defende que cada diretório do Partido esteja conectado à rede.

O PAPEL DO LINHA ABERTA

“O Linha Aberta é um embrião deste projeto”, afirma Ozeas, apontando as alterações sofridas pelo boletim da Executiva Nacional. Há pouco mais de cinco meses o LA era transmitido por fax para aproximadamente 600 destinatários em todo o país. Atualmente, por e-mail, chega a atingir mais de nove mil pessoas diariamente. “Isso sem contarmos o número de internautas que acessam o site do PT”, diz.

O LA conta atualmente com uma equipe de jornalistas que, a partir da pauta do dia, repercute a informações com dirigentes petistas de todo o país, disponibilizando-as na home page do Partido, em tempo real, ou seja, assim que a matéria é produzida já pode ser acessada por milhares de pessoas que visitam constantemente a página. Com este trabalho, o PT não só coloca no ar a sua opinião sobre os acontecimentos, como também fornece pauta à grande imprensa.

Ozeas destaca que matérias produzidas em outros veículos de comunicação já têm sido produzidas a partir de informações coletadas na home page petista.

No final do dia, todo o material disponibilizado pelo LA é editado e enviado por e-mail.

A produção de textos atualmente se dá a partir das 7 horas e vai até às 21 horas, de segunda a sexta. Além disso, em momentos específicos como o dia 22 de abril e 1º de maio, o LA conseguiu cobrir em tempo real as manifestações no sul da Bahia e as atividades do Dia do Trabalhador. No dia 22 de abril, o LA conseguiu divulgar as agressões policiais contra os índios e os movimentos sociais, antes mesmo das grandes agências, tornando-se referência de fonte para outros veículos. A ideia agora é manter a cobertura inclusive nos finais de semana.

Tudo isso, segundo o dirigente, tem contribuído

PT investe na criação de agência de notícias

O PT e sua base social organizada dispõem de um conjunto de veículos que se constituem numa verdadeira rede, espalhada por todo o país, atingindo milhões de pessoas. São jornais, boletins sindicais, de bairros ou de outras entidades da sociedade civil, programas de entidades em estações de rádio, rádios comunitárias, boletins de diretórios e parlamentares do partido, enfim, uma grande variedade de veículos importantes mas desarticulados entre si.

A criação de uma agência de notícias nasceu da ideia de que uma cobertura nacional em tempo real dos acontecimentos e a disponibilização do produto desta cobertura, gratuitamente, para toda esta rede poderá significar uma intervenção efetiva na agenda do país por meio de uma disputa no terreno da informação.

O PT é gerador privilegiado de fatos jornalísticos e, no entanto, fica à mercê dos meios de comunicação controlados por grandes grupos econômicos, assim como os sindicatos e movimentos que não têm garantido o espaço democrático nos grandes veículos. O objetivo da agência, associada a outros meios, é enfrentar este problema.

“Há um lado do Brasil que não é noticiado”, indigna-se o secretário nacional de comunicação, Ozeas Duarte. Para ele, a agência poderá cumprir, no terreno da comunicação, um papel importante na articulação daqueles que defendem a cidadania e as liberdades democráticas. A partir do fornecimento contínuo de informações – notícias, artigos analíticos sobre assuntos variados, entrevistas, etc – e de respostas rápidas aos ataques da grande imprensa, o secretário acredita que estaremos construindo um instrumento eficaz de luta democrática. “O site do PT não será uma vitrine, mas uma arma de combate. Em certa medida, já está sendo”, afirma.

Política de criação de fatos e notícias

Associado ao lado noticioso, o site do Partido será ainda um meio de prestação de serviços, capaz de dar suporte e apoio a causas democráticas, cidadania e direitos humanos, com links para organizações de defesa dos direitos da mulher, das crianças e adolescentes, do combate ao racismo, dos direitos do consumidor, de defesa da causa indígena, dos portadores de deficiências, dentre outros.

“A velocidade da informação é imperativa, não basta tomar conhecimento, é preciso saber rapidamente, a tempo de agir com eficácia”, diz Ozeas. “Na disputa atual, tão desigual, quem chega primeiro ao conhecimento dos fatos e dos seus significados leva uma enorme vantagem na disputa política e ideológica na sociedade”, enfatiza.

“O trabalho conjunto de todo o Partido é fundamental neste processo”, mas este apelo do secretário serve para destacar o que já tem sido feito neste sentido. As parceiras estabelecidas com a equipe da assessoria de comunicação da bancada do PT na Câmara dos Deputados têm surtido bons resultados. A ideia da integração das informações é compartilhada pelo deputado federal Aloizio Mercadante (SP).

Outro avanço neste caminho também tem se dado com a participação do Instituto Cidadania. As contribuições da assessoria do Lula, como o projeto do serviço de pronta resposta – já em andamento – tem ajudado nas reflexões sobre como constituir este novo sistema de comunicação, cujo embrião data de 1986, por iniciativa de Gilberto Carvalho, à época secretário de comunicação do DN.

Além das questões que são específicas à área de informações, Ozeas atenta para o fato de que a luta pela constituição de um sistema sólido e abrangente de comunicação tende a potencializar o conjunto do Partido, desde a sua esfera estritamente política à sua capacidade de mobilização social e às esferas de organização, finanças e formação política.

para fortalecer a ideia de que é possível criar meios reais de disputa no terreno da informação.

ARTICULAR REDE EXTERNA

Do ponto de vista da comunicação externa, o secretário de comunicação sustenta a importância de se manter o jornal PT Notícias, diante do papel que pode exercer na sistematização do noticiário da quinzena e difundir opinião, por meio de artigos. Ozeas considera que ainda há uma grande parte da militância que ainda não tem acesso à internet e que, portanto, depende de um veículo impresso.

Porém, o secretário destaca que há vários desafios, uma deles é a contratação de mais jornalistas para que o jornal realmente torne-se um instrumento eficaz, com periodicidade regular, sendo este um dos grandes problemas atuais; e garantir a distribuição de maneira mais eficaz.

Outra discussão em

pauta diz respeito à criação de um jornal ou revista semanal que encontre seu espaço próprio, diferente do que já existe. A intenção é que a publicação seja capaz de organizar comunicadores do campo popular e que possa viabilizar-se pela sua qualidade jornalística e pela sua maneira de informar.

A partir de estudos preliminares, “acredita-se que, com estas características, deva ser um veículo independente, dirigido pelos próprios profissionais de imprensa”, afirma. Ozeas garante estar convencido de que em um mercado em que o “trato superficial dos assuntos convive com a manipulação, fragmentação e distorção das informações, fazer uma nova revista eticamente comprometida com os leitores é perfeitamente possível”. Ele revela que esta tese é compartilhada por outros dirigentes petistas, que estão estudando a melhor forma de viabilizar o projeto.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não